

# Ulysses não crê em manobras

Conversa com Sarney não lhe deu indícios neste sentido

JULIO ALCANTARA



Líderes pediram reinício da votação na reunião no gabinete de Ulysses

RITA NARDELLI  
Da Editoria de Política

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), afirmou que no encontro na manhã de ontem com o presidente José Sarney, não teve nenhuma informação ou indício de que o Governo possa promover alguma manobra visando a adiar a promulgação da Constituição.

— Estou certo — disse Ulysses — que irá se repetir no segundo turno o que ocorreu no primeiro: um desejo real, embora haja divergências, de decidirmos o assunto e chegarmos ao final dos trabalhos constitucionais.

Ulysses reafirmou não acreditar que a Constituinte será adiada para depois das eleições municipais.

— As informações que tenho não dão profundidade a isto, que seria um desserviço à democracia e ao País, de tal sorte que eu não identifico ninguém que pudesse pretender praticar um ato desta natureza.

O presidente da Constituinte disse também que conversou com Sarney sobre a Constituinte. Ele lembrou que as emendas e os destaques já foram apresentados, o que permite uma visão mais segura do andamento dos trabalhos.

— O nosso objetivo é utilizarmos os trabalhos da

Constituinte com a maior rapidez possível, sem prejuízo da qualidade. Vamos examinar os destaques e as emendas, imparcialmente, no intuito de corrigir lacunas ou defeitos existentes na proposta constitucional.

Ulysses enfatizou não acreditar na possibilidade de rejeição global do projeto, e reafirmou o seu entendimento de que "quem tem força para rejeitar todo o projeto, tem força para aprovar ou rejeitar as emendas oferecidas".

O presidente da Constituinte disse desconhecer os números do Governo relativos aos custos decorrentes do texto constitucional. Segundo ele, o presidente Sarney não falou sobre isso.

## SEM PATRIOTISMO

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), manifestou a sua opinião de que a não aprovação do projeto significaria "desprezar um trabalho árduo, pôr em terra aquilo que foi feito durante mais de doze meses". Ele disse também não acreditar na possibilidade de adiamento dos trabalhos e qualificou de "inconfessáveis" os interesses que estariam por trás de manobras contra a Assembléia:

— Não acredito que um constituinte vá derrubar o seu próprio trabalho. Zerar a Constituinte agora seria mais do que jogar no impasse, seria impatriótico — concluiu Cabral.

# Direita ameaça com novo golpe



Márcio Souza Mello



Newton Cruz

Um novo golpe de Estado, mais violento do que o de 64, será a resposta da extrema-direita contra o que considera esvaziamento da Constituinte, segundo um manifesto que começou a circular ontem sob patrocínio da União Nacional de Defesa da Democracia, movimento em organização há dois anos com sede no Rio.

O manifesto considera inevitável o confronto com a Constituinte:

— Não tenham dúvidas de que o confronto surgirá mais cedo ou mais tarde. E, desta feita, com muito mais violência do que em 64 e com maiores prejuízos para a Nação.

Mas duvida que a responsabilidade pelo confronto seja assumida pelas "minorias radicais, perturbadoras do processo, através de suas posturas socializantes e comunistas, cujos interesses pessoais e partidários falam mais alto do que os interesses da pátria".

— Na verdade, como sempre acontece neste País, ninguém assumirá a sua responsabilidade.

O documento denuncia, em seguida, os rumores sobre golpes armados com a participação de militares, mas não nega a existência dessas articulações. Apenas atribui a "facções políticas interessadas em tumultuar e agitar" os rumores:

— Não falta quem, desde logo, aponte a suspeição de golpes armados em andamento, ou de conspirações de grupos, envolvendo as Forças Armadas.

Adverte que o golpe, na realidade, vem da esquerda:

— Existe, sim, um golpe em andamento. Existe, sim, um golpe hábil e pacientemente articulado. Existe, sim, um golpe em vias de ser consumado contra esta grande Nação, contra seu povo, contra suas instituições democráticas, contra seu espírito cristão, contra sua economia, contra seu desenvolvimento, contra seu futuro e contra as gerações que surgirão.

Um golpe que não demora:

— Existe o golpe branco, prestes a ser concretizado, comandado pelas minorias extremadas de "esquer-

da", pelos socialistas e pelos marxistas instalados na Constituinte.

Acusa, em seguida, a maioria da Constituinte de não se articular para neutralizar as "minorias extremadas", as quais "não encontram oposição à altura":

— A maioria, apesar de democrata, não dispõe da necessária vontade de articulação.

## DECISÕES

São três os pontos que o documento considera "mais prejudiciais" no texto da Constituição aprovada em primeiro turno:

1. A eliminação da censura sob qualquer tipo.  
2. O voto para menores de 16 anos. "Os quais, necessariamente, serão alvo fácil da manipulação de políticos inescrupulosos".  
3. A extensão do direito de greve a funcionários públicos e trabalhadores em serviços essenciais. "Evidente geradora de inquietação e de agitação".

Em segundo nível, o manifesto relaciona outras decisões na parte econômica da Constituição que buscam a "deterioração do sistema capitalista vigente":

1. "Aqueles que afetam, profundamente, a estrutura e a atividade da empresa privada".
2. "As dúbias definições de empresa brasileira de capital nacional, passíveis de interpretações e geradoras de preocupações e retraimento dos investimentos estrangeiros".
3. O tabelamento dos juros.
4. A reforma tributária. "Perniciosas inovações" que "criarão ainda maiores dificuldades para o Governo Federal".
5. "As reformas agrária e urbana, nos termos altamente polémicos em que foram colocadas, geradoras de lutas de classes e de agitação".
6. Mudança da missão das Forças Armadas. "Insidiosas tentativas das minorias extremadas propondo alterações na tradicional missão das Forças Armadas, procurando limitar a sua ação à defesa contra o inimigo externo, excluindo, portanto, sua efetiva participação no campo da segurança interna".

## Abert propõe cortar programa

A Abert — Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão — pretendia que a mesa da Constituinte abrisse mão, ontem, do seu programa noturno de cinco minutos. Dirigentes da Associação justificaram o pedido em função de dois pronunciamentos — o do presidente Sarney e o dos empresários — o que provocaria nas emissoras atraso na programação normal.

**Eleições. Você precisa vencer**

**ASSESSOR PLUS**

Consultoria Especializada em Análise Política e Estratégia de Campanha

Ligam. (001) 224-4810

Bela apresentação. Preço justo.

## Líderes boicotam reunião

Com a ausência dos líderes do PFL e do PTB na Constituinte, foi realizada ontem pela manhã uma reunião das lideranças, no gabinete do presidente Ulysses Guimarães, para uma discussão sobre o segundo turno de votação. No encontro, não houve definições sobre os temas constitucionais, mas manifestações de apoio a Ulysses por sua posição contrária às anunciadas manobras visando a adiar ou "zerar a Constituinte", e declarações de apoio a Ulysses por sua posição contrária às anunciadas manobras visando a adiar ou "zerar a Constituinte", e declarações de apoio a Ulysses por sua posição contrária às anunciadas manobras visando a adiar ou "zerar a Constituinte".

Segundo relato do líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), a preocupação maior durante a reunião foi com a possibilidade de prorrogação dos trabalhos da Constituinte.

— Ficou acertado que vamos votar, que existe uma maioria democrática para isto.

No encontro, o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (MS), garantiu que o Planalto, não pensa em adiar a promulgação da Constituição. Já o líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), afirmou que o seu partido discorda de itens do projeto, mas não será a favor do adiamento dos trabalhos da Constituinte. E Ulysses Guimarães declarou que estava conduzindo o processo na certeza de que haveria votação, porque não havia motivos para o adiamento. Ele lembrou que a nação estava esperando a promulgação da Carta.

# Radicais passam a cortejar o governo

A. C. SCARTEZINI  
Especial para o CORREIO

A maior novidade no manifesto da extrema direita contra a Constituinte é que, agora, a extrema direita procura aliar-se ao presidente Sarney e aos ministros militares, cujas autoridades o movimento contestava desde que passou a esboçar há dois anos a partir de uma conspiração entre civis concentrada especialmente no Rio, mas com ramificações em Brasília, São Paulo e outras capitais.

A conspiração do grupo assumiu a sua forma mais violenta há precisamente 13 meses, com a manifestação que reuniu esquerdistas e direitistas na agremiação à pessoa de Sarney no centro do Rio, no dia 25 de junho — como em 64, a direita soube infiltrar-se em manifestações da esquerda para radicalizá-las.

A radicalização de 25 de junho, porém, constituiu uma dose excessiva no timing de militares e civis do movimento, que naquele tempo chamava-se Centro Brasileiro de Defesa da Democracia. Na primeira mudança de rota, o grupo passou a reunir-se abertamente para ouvir conferências que já denunciavam a Constituinte como esquerdizante.

Em torno do Centro abrigavam-se militares da reserva como o general Euclydes Figueiredo, irmão do ex-presidente; o general Newton Cruz, estrela radical do governo Figueiredo, que Sarney mandou para a reserva sem promoção; e o general José Luiz Coelho Neto, outro símbolo da resistência do fim do antigo regime contra a transição democrática.

Além deles, havia militares da Aeronáutica, que, ao lado da Marinha, abrigava mais integrantes do movimento que o Exército. Da Aeronáutica, estavam nas reuniões o ex-ministro Márcio Souza Mello e os brigadeiros Luiz Penido Burnier e Márcio César Leal Coqueiro, todos eles comprometidos com torturas a presos políticos.

As conferências escassearam no começo deste ano, quando, mais uma vez, o movimento se reclinou e adotou o nome de União Nacional de Defesa da Democracia, sempre sediada no Rio. Agora, a UNDD apresenta-se como responsável pelo manifesto radical com apoio de ou-

tras três organizações de outras capitais: Ação Democrática Renovadora (Porto Alegre), União Cívica Feminina (São Paulo) e Associação Brasileira de Defesa da Democracia (Brasília). Mas são todas uma só: a UNDD, pela qual assinam o manifesto o general Henrique de Assunção Cardoso, o almirante Darly Correa e o brigadeiro Coqueiro.

## ADESÃO

Na nova posição de adesão ao governo, o manifesto da UNDD começa por uma citação do general Leônidas Pires Gonçalves, cuja presença como ministro do Exército sempre contestara desde sua indicação por Tancredo Neves há mais de três anos. "É absolutamente inaceitável que a Constituinte continue a ser dominada pelo pensamento de minorias extremadas, sem o respaldo da opinião pública", cita-se o general.

A seguir, o documento cita o Presidente. "Se mantida a orientação até então obedecida na elaboração da Constituinte, o país se tornará ingovernável", cita-se o Presidente, mais adiante consagrado no texto do manifesto pelo reconhecimento de que é o "comandante-em-chefe das Forças Armadas".

— O excelentíssimo senhor presidente da República, por mais de uma vez, tem expressado, claramente, suas apreensões, afirmando e reafirmando que "se continuasse a ser mantida a orientação até então obedecida na elaboração da Constituição, o país se tornaria ingovernável". Não há dúvidas de que se trata de uma observação da maior gravidade, quando parte de quem ocupa não só o mais alto posto do governo como também o de comandante-em-chefe das Forças Armadas".

A denúncia presidencial sobre a ingovernabilidade torna-se, então, a pedra de toque do manifesto da extrema direita e que nela procura legitimar a sua pressão contra a Constituinte e a própria afirmação de que a esquerda está levando o país a um confronto inevitável mais violento do que o de 64. Como naquela época, a direita aplicaria um contragolpe sobre esquerda para assegurar a governabilidade e o império da maioria.